

ESP. 16 MAI 1981

Para Freitas, obstrução é rotina dos governistas

Das sucursais e do correspondente

O segundo vice-presidente da Câmara, deputado Freitas Nobre (PMDB-SP), condenou ontem em Brasília a decisão do PDS de boicotar as comissões parlamentares de inquérito, em represália à obstrução da pauta do Senado promovida pela oposição na tentativa de pressionar o governo a estabelecer prazos para a reforma eleitoral. "O impedimento do funcionamento das CPIs já existe há muito tempo — ironizou Freitas. As CPIs não podem senão curvar-se às decisões da maioria que o governo detém".

Para Freitas Nobre, "conhecendo as deficiências da própria estrutura das CPIs, a oposição não alimenta a esperança de obter resultados reais na apuração das denúncias. Mas o fato de divulgá-las e de permitir que o povo assista ao desespero dos que querem impedir que essas comissões cumpram sua tarefa é suficiente para esclarecer a opinião pública", salientou o deputado. "Quem não teme a apuração da verdade, colabora na investigação; quem tem razões para temer a investigação e a verdade, dificulta ou impede os atos essenciais a esta apuração", concluiu Freitas.

Já o senador José Lins (PDS-CE) foi ontem ao gabinete do líder do PP no Senado, Evelásio Vieira, para, em nome do líder governista Nilo Coelho, comunicar que as regras do jogo eleitoral serão definidas até o final de junho e que a bancada do PDS dará apoio ao projeto do senador Humberto Lucena

(PMDB-PB), que disciplina as ligações partidárias.

A iniciativa de Lins é uma tentativa de suspender a obstrução da ordem do dia no Senado, promovida pelo PMDB e pelo PP desde 27 de março. O senador Evelásio Vieira revelou que convocará reunião da bancada do PP na próxima semana para analisar a questão, mas não quis adiantar se apoiará a desobstrução da pauta.

"NÃO É VÁLIDO"

Em Porto Alegre, o líder do PDT na Câmara, Alceu Collares, comentou que "não é válido" obstruir os trabalhos do Congresso para pressionar o governo por uma reforma eleitoral. "A obstrução poderia ser aplicada, por exemplo, para que fossem tomadas medidas em favor dos 40 milhões de pessoas que passam fome no País", sugeriu.

O senador Pedro Simon, secretário-geral do PMDB, justificou, porém, a tática oposicionista: "Há mais de 200 projetos sobre reforma eleitoral no Congresso que o PDS não deixa andar". Simon condenou ainda as tentativas de ampliação do colégio eleitoral que escolherá o presidente da República em 1984: "Se o governo não tiver maioria nem nas câmaras municipais, aí certamente vão pôr delegados de polícia no colégio eleitoral", ironizou.

O presidente do Senado, Jarbas Passarinho, comentou por sua vez em Belém que respeita a tática do PMDB e do PP, "porque ela é uma posição parlamentar", embora confirmasse que a obstrução está sendo considerada "impatriótica" no PDS, por impedir a votação de projetos de saneamento básico e sistema viário.